

O Fantasma do Golpe: anotações sobre o Governo Bolsonaro e o Dia 31 de Março¹

Tiago Coutinho PARENTE²

Doutor

Carlos Felipe de Oliveira SOUZA³

Graduando

Wesley Guilherme Idelfoncio de VASCONCELOS⁴

Graduando

Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE

Resumo

Este artigo é um esboço preliminar de uma investigação sobre as narrativas em disputas em torno da ditadura militar brasileira no momento em que o país é governado por um presidente que faz, cotidianamente, apologia ao regime militar. Para isso, analisamos como as lembranças acerca do dia 31 de março aparecem no tempo presente em memes, charges, trechos de filme e postagem em redes sociais, e como essas linguagens dialogam ou questionam os documentos oficiais. Por meio desses registros midiáticos, podemos desenvolver uma narrativa capaz de apresentar a complexidade do período histórico brasileiro na última década.

Palavras-chave: 31 de março; Ditadura Militar; Memória; Narrativa; Tempo Presente.

Introdução

Imagem 01 - Frame do filme Marighella (2019)



- Esta revolução salvou o país do comunismo, e deve ser comemorada por todos os patriotas no dia 31 de março. É obrigação de cada um de nós vigiar e estar atentos. Os objetivos principais da revolução....
- Golpe!
- Perdão?
- Não foi uma revolução, foi um golpe.

¹ Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA); email: tiago.coutinho@ufca.edu.br

³ Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri (UFCA); Bolsista de Iniciação Científica pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Inovação (PRPI/UFCA); email: epilef.9@hotmail.com

⁴ Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) e em História (Pitágoras-UNOPAR); Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); email: wesleyguilherme1998@gmail.com

O diálogo acima é uma cena do filme *Marighella*, de Wagner Moura, no qual o professor, ao apresentar sua versão do dia 31 de março de 1964, é questionado por um estudante que sintetiza a data como uma única palavra: golpe! Produzido para ser lançado em 2019, em ocasião de lembrança dos 50 anos do assassinato político de Marighella, o filme permanece inédito no Brasil “por problemas com a Ancine”⁵ e que muitos não têm coragem de chamar de censura.

A cena mostra como a ditadura militar se apresentava para a população em seu período vigente. Havia a ideia de salvar o país da “mão comunista” que, supostamente, ameaçava pintar a bandeira do Brasil de vermelho. Estudantes eram ensinados que o momento vivido era de reconquista da nação, o Estado inflava o sentimento nacionalista, e os jornais eram coniventes ou “forçados a ignorar” a política de perseguições e torturas, assim como os desaparecimentos e as mortes de pessoas que lutavam contra o golpe. O filme mostra uma realidade do passado recente brasileiro que se tenta negar atualmente.

Este artigo é um esboço preliminar da pesquisa “Narrativas Midiáticas e Datas Comemorativas: disputas políticas de como se lembra o passado”, da Universidade Federal do Cariri (UFCA), que objetiva compreender como algumas datas comemorativas são lembradas e comemoradas no tempo presente, em especial pelos meios de comunicação e redes sociais, durante o governo ultradireita de Bolsonaro. Inicialmente focada na data de 7 de setembro, a pesquisa percebeu a necessidade urgente de estudar as lembranças construídas no tempo presente em torno do dia 31 de março de 1964.

Aqui, apresentamos um primeiro rascunho de uma escrita histórica no tempo do agora, que se apresenta como “fronteira” entre a escrita do presente e do futuro. O tempo do agora é o tempo no qual se disputa as narrativas sobre o passado e sobre o futuro, pois ambas as disputas “se realizam no presente”. (BARBOSA, 2017 p. 28). Pensar momentos históricos e a forma como eles são lembrados no tempo presente é refletir sobre disputas de narrativas. Essa disputa é incessante. Se episódios históricos são silenciados, é como se eles nunca tivessem existido. Dessa forma, a verdade pode ser encoberta, distorcida ou apagada. Como escreveu Walter Benjamin (1994), “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (p. 225). Essa vitória passa também pela consolidação da narrativa histórica.

⁵REDAÇÃO. O filme que não consegue estrear: ‘Marighella’ tem exibição cancelada por restrições da Ancine . Rede Brasil Atual. 2019. Disponível em encurtador.com.br/aorzP. Acesso em 20 jun. 2021.

O tempo presente deixa muitos vestígios que são efêmeros ou voláteis, mas podem funcionar como documentos históricos. Quando pensamos nas redes digitais, percebemos que as plataformas trouxeram novas possibilidades de linguagem e de trocas informacionais, além de meios de se disseminar ideias diversas. Charges, gifs, memes, figurinhas, vídeos, tweets são alguns exemplos dessas possibilidades de linguagens. Como mostramos no artigo *A Cultura dos Memes e as Formas de se Pensar a Política do Presente* (2020), acreditamos ser possível utilizar esses vestígios efêmeros dos meios de comunicação como documentos históricos de muito valor para construirmos uma narrativa sobre o tempo presente, a qual chamamos de “narrativa midiática”.

Yascha Mounk, ao refletir sobre os memes em *O Povo Contra a Democracia* (2019), fala sobre as mudanças geradas pelas mídias sociais no processo de distribuição da informação, ao criar redes difusas de usuários na qual todo mundo se comunica entre si. Em complemento, o autor diz que

Há um motivo para ‘meme’ ou ‘viral’ serem termos novos no nosso vocabulário cotidiano: eles só poderiam assumir a importância que têm hoje num mundo em que qualquer um consegue capturar a imaginação de um punhado de pessoas semelhantes que então compartilham o que pensam com o público mais global. Outro modo de argumento das mídias sociais, a comunicação um-para-muitos hoje passou a ser “comunicação muitos-para-muitos”. E talvez a característica mais significativa da comunicação-muitos-para-muitos seja que os maiores atores nesse jogo perderam grande parte de sua capacidade de controlar a disseminação de ideias ou mensagens que repercutem entre pessoas comuns (MOUNK, 2019. P.172-173).

As estruturas comunicacionais de muitos-para-muitos (ou todos-para-todos), que o autor menciona, marcam o ambiente das mídias sociais digitais, onde todos os usuários publicam conteúdos. O ato de publicar, por sua vez, pressupõe o “tornar público”, de fácil acesso a outros usuários, o que ocasiona a perda do controle da disseminação e alcance desses conteúdos. E não para por aí, ao produzir conteúdos, não se assegura que o processo comunicacional se dará por completo, ou seja, se controla a mensagem, mas a recepção parte unicamente do receptor, que pode decodificar o conteúdo de maneiras diversas. Trazer essa discussão sobre a “falta de controle” é importante para ajudar compreender como as empresas de redes sociais ocupam hoje um lugar de monopólio na internet. A discussão em torno da economia-política na comunicação é fundamental para a nossa pesquisa, mas, por limitação de espaço, não cabe neste artigo.

Ao entender que o monopólio mundial da comunicação tem interferido na narrativa política planetária, a proposta metodológica deste artigo é traçar um esboço da interseção entre mídias digitais e história no tempo presente. Para isso, utilizamos como fontes

memes, prints do twitter, frame de filmes, notícias de jornais, e outras mídias que quando viralizam na internet parecem “espontâneas”, mas são espontâneas apenas na aparência. Nosso objetivo se concentra em problematizar as produções midiáticas e históricas contemporâneas. Acreditamos que a escrita histórica esteja relacionada diretamente com “as ruínas” da narrativa midiática. Para Benjamin (1984), as ruínas seriam fragmentos de objetos e imagens deixados pela história. Esses fragmentos, assim como a alegoria, não têm nenhum compromisso com a intencionalidade de seu objeto original e, quando misturados, resultam em uma construção de algo novo. Por isso, nosso olhar se volta para pequenos “frames midiáticos”, muitas vezes considerados de menor valor histórico, mas ao misturarmos e darmos um sentido, construímos uma narrativa histórica.

Por meio desses elementos, procuramos refletir sobre o papel do revisionismo e os riscos do negacionismo sobre os efeitos da ditadura e a sua celebração como um marco positivo. Buscamos, também, compreender e narrar um episódio muito recente da história do Brasil. Para este artigo, escolhemos as movimentações, comemorações e celebrações organizadas pelo atual presidente do Brasil em torno da data 31 de março de 1964. O dia é considerado o marco inicial da ditadura militar brasileira. Sabemos, no entanto, que um período histórico não se inicia de forma similar ao nascimento de uma criança, com data e hora de fácil registro. Por isso, há controvérsias sobre a data, e alguns autores divergem quanto ao dia do golpe. Vizeu (2019), por exemplo, traz como ocorrido no dia 31, enquanto Schwarcz e Starling (2018) apontam como iniciado em algum momento entre os dias 31 de março e 04 de abril. Mário Magalhães (2012) o mostra nas primeiras horas do dia 1 de abril. Mas talvez não seja de interesse dos militares associarem a data ao conhecido “dia da mentira”.

O fantasma do presidente

O dia 31 de março de 2021 foi marcado, segundo matéria da Folha de São Paulo (2021), por uma série de pequenas manifestações em capitais do país, que celebraram o golpe militar de 1964 e saíram em defesa do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), símbolo do saudosismo da ditadura. Houve atos em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, por exemplo. Em São Paulo, o ato ocorreu por meio da Marcha da Família Cristã pela Liberdade, convocada por apoiadores de Bolsonaro. A concentração ocorreu em frente à paróquia Imaculada Conceição, de onde os manifestantes saíram em caminhada até a frente da sede do Comando Militar do Sudeste, no Ibirapuera. Com roupas verde e amarelo, os

manifestantes pediam “intervenção militar com Bolsonaro no poder”. Alguns se ajoelharam em frente à sede militar, enrolados em bandeiras nacionais (FOLHA, 2021).

No mesmo dia, um ano antes, em 2020, o Ministério da Defesa, sob o comando de Fernando Azevedo, lançou nota na qual dizia: “O Movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira. O Brasil reagiu com determinação às ameaças que se formavam àquela época”. Diante da alusão positiva à ditadura militar, a deputada federal Natália Bonavides (PT-RN) entrou com um pedido no Ministério Público Federal contra a publicação. E, ainda em 2020, a 5ª Vara Federal, no RN, pediu a retirada da publicação, por ser uma ação “nitidamente incompatível com os valores democráticos insertos na Constituição de 1988”. A união recorreu e, em 2021, pouco antes do dia 31 de março, foi aprovado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região o direito do governo federal realizar atividades em alusão ao golpe militar de 1964. “Além de argumentos técnicos - como dizer que a ação não causou lesão ao patrimônio nem seria a Ação Popular o instrumento jurídico adequado para a querela - a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu o direito do governo de celebrar a data”⁶. Ou seja, em 2021, o governo federal não só fez nova alusão à ditadura militar no dia 31 de março, como teve a autorização da justiça para isso.

No mesmo 31 de março de 2021, o novo Ministro da Defesa, Braga Netto, fez sua primeira ação no cargo publicando em seu twitter, às 18h30, uma nota sobre a celebração da data. “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março”, o assunto esteve entre os mais comentados no twitter, ao lado da hashtag, #Viva31deMarço e #ImpeachmentDeBolsonaroUrgente, como mostra a imagem 02.

Imagem 02 - *Hashtags* como #Viva31deMarço e #ImpeachmentDeBolsonaroUrgente entraram nos assuntos mais comentados do Twitter.

⁶ FREY, João. **Governo Bolsonaro ganha na Justiça direito de celebrar o golpe de 1964**. Congresso em Foco. 2021. Disponível em encurtador.com.br/pqFUX. Acesso em 20 jun. 2021.



Fonte: twitter.com

A postagem de Braga Netto ganha grande repercussão não só pelo seu teor, mas pelo fato de que ele havia sido nomeado ministro há apenas dois dias. No dia 29 de março de 2021, houve uma série de movimentações no governo federal em que demonstrava uma nítida negociação entre o presidente e as forças armadas brasileiras. Houve mudança em seis ministérios, com substituições na liderança da Casa Civil, Justiça e Segurança Pública, Ministério da Defesa, Relações Exteriores, Secretaria de Governo e Advocacia Geral da União; e em seguida, com substituições nas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), como pode ser percebido nas imagens 3 e 4.

Imagem 03 - Printscreen de tuíte de Jair Bolsonaro no dia 29 de março de 2021.



Fonte: twitter.com

Imagem 04 - Printscreen de tuíte de Jair Bolsonaro no dia 29 de março de 2021.



Fonte: twitter.com

Com essas mudanças, criou-se uma tensão instaurada também pela imprensa de um sentimento da possibilidade de haver um novo golpe das forças armadas. O medo de um novo golpe vem não só por uma série de movimentações de cargos no governo federal, mas, principalmente, por elas serem orquestradas por um presidente que é abertamente defensor e admirador da ditadura militar. O sentimento do momento de medo e confusão que tomou parte da população brasileira na semana antes do dia 31 de março está muito bem representado no meme da imagem 05, principalmente quando escreve “Brasil, 29 de março de 2021. Que não tá confuso, tá com medo” na legenda do post.

Imagem 05 - Meme da Turma da Mônica relacionado às mudanças repentinas nos ministérios



Fonte: instagram.com

De acordo com Sakamoto (2021), essas alterações serviriam para fortalecer a celebração do aniversário do golpe de 1964, já que agora os cargos estariam ocupados com pessoas dispostas ao papel (ou papelão) de seguirem ordens diretas do presidente. Sakamoto ainda afirma que “um tuíte de um comandante do Exército que se meta indevidamente em uma discussão civil tem mais poder do que horas de robôs contratados para flodar⁷ com fake news o debate público”. Além dessa influência nas redes sociais, é possível imaginar também os interesses militares pairando acima dessas mudanças, levando em conta que um autogolpe de Estado teria o apoio das Forças Armadas.

O fato é que por dois anos seguidos, no mês de março, nas proximidades do dia 31 de março, Bolsonaro recorre à narrativa do autogolpe. Instaura uma narrativa de ameaça, ao mesmo tempo em que dissemina ideia da importância de uma intervenção das forças armadas quando o país se sentir ameaçado. O problema, como já vimos, é justamente na objetividade dessa “ameaça”. É recorrente, por exemplo, ao longo do século XX recorrer à narrativa do medo em torno de uma suposta “invasão comunista no Brasil”. Além do golpe de 1964, essa narrativa esteve presente na década de 30 e também foi muito difundida nas eleições de 2018. No entanto, como lembra Iná Camargo, a tática de perseguição ao pensamento marxista, estreitamente relacionado com o pensamento comunista, não foi utilizada apenas no Brasil, mas em vários lugares do mundo. No livro “Dialética do Marxismo Cultural”, Iná Camargo (2020) mostra como essa narrativa aparece no livro *Minha Luta* (1926), de Adolf Hitler, considerado por ela “uma declaração de guerra ao marxismo” (p. 16). Ou seja, trata-se de uma tática recorrente e diretamente relacionada com a ascensão da extrema e violenta direita.

Disputas sobre o passado no tempo presente

Como já foi dito, em 2020, o Ministério da Defesa publicou uma nota em alusão à ditadura militar. A nota em si poderia render uma discussão mais longa sobre narrativa da história, mas ultrapassa os limites do objetivo deste artigo. É interessante, no entanto, ponderar que o texto afirma: “O entendimento de fatos históricos apenas faz sentido quando apreciados no contexto em que se encontram inseridos”. Além disso, a nota ainda lembra que a década de 60 era marcada pela narrativa da guerra fria, que dividia o mundo numa guerra ideológica entre dois blocos econômicos: socialismo/comunismo e capitalismo. Sem citar a palavra comunismo, o texto afirma que havia “instabilidades” e “conflitos” que

⁷ Gíria muito utilizada em redes sociais e internet. No inglês, o termo “flood” significa inundar. O termo é atribuído a usuários da internet que postam sucessivamente conteúdos, por vezes, irrelevantes e repetitivos.

“recrudesciam e se disseminavam sem controle”. Diante disso, “a sociedade brasileira, os empresários e a imprensa entenderam as ameaças daquele momento, se aliaram e reagiram”⁸. Esse “contexto histórico” foi o que sustentou e legitimou a necessidade do golpe de 1964. Por isso, a intervenção militar deve ser lembrada com mérito.

Como bem mostrou Mariana Joffily (2018), no artigo *Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas*, a narrativa historiográfica brasileira acerca da ditadura vai se modificando ao longo dos anos. Os primeiros trabalhos aparecem ainda na década de 80 do século XX, sendo disputada ao longo das décadas que se sucedem. O texto de Mariana aponta como a política de conciliação de classe do PT reverbera na produção das narrativas historiográficas, ao mesmo tempo em que mostra como a criação da Comissão Nacional da Verdade (2012)

gerou forte reação de grupos de direita saudosos da ditadura. Se a existência desses grupos não era novidade, a expansão de uma direita que não teme assumir-se como tal é inédita no cenário político do Brasil pós-ditadura, surpreendendo com a adesão conquistada entre segmentos mais jovens e com disposição de ocupar as mídias e as ruas (p. 235).

Para a historiadora, a década de 2010-2020 “ecoa traços da experiência vivida nos anos 1960: diante do crescimento das forças de esquerda, o conservadorismo brasileiro mostra seus dentes” (p.235). Ao analisarmos a história recente do Brasil, as manifestações de rua de 2013 vem se apresentando como um marco temporal complexo deste período, como mostra, de forma muito bem humorada, o meme da imagem 06. Percebemos que a direita liberal e a ultra direita terrorista ganham o apoio midiático e “foram dirigidas e financiadas por organizações com claros vínculos classistas – algumas delas, ligadas a *think tanks* estadunidenses” (Braga, 2015). O objetivo era dar o golpe de estado.

Imagem 06: Meme 2013-2020 (complexidade histórica brasileira)



Fonte: Twitter.com

⁸ SILVA, Fernando Azevedo. *Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*. Ministério da Defesa. 2020. Disponível em encurtador.com.br/lxW69 Acesso em 20 jun. 2021.

Para Ruy Braga, “uma nova conjuntura política marcada pelo fim da pacificação social característica dos governos de Lula da Silva” foi anunciada em 2013. Começa “uma nova era de luta de classes no país”. Essas manifestações de direita ganharam grande visibilidade nacional surfando na onda de manifestações de esquerda que cobravam maior investimento estatal em políticas públicas, ao invés “de gastos com juros e amortizações da dívida pública” (Braga, 2015). A partir daí, começam também a se manifestar nas ruas do Brasil, as grandes manifestações de direita, que ganham mais espaço na mídia, com “ataques estreitos” contra o governo federal, em especial, à presidenta Dilma Rousseff, perseguida, presa e torturada pelo período da ditadura militar. Os “discursos da extrema direita”, complementa Mariana Joffily, “antes recolhidos a determinados nichos, passaram a expandir sua área de atuação” por meio de um discurso “moralista da anticorrupção”. Houve também o crescimento do “conservadorismo católico – incrementado com o enorme crescimento das igrejas evangélicas – e a defesa das Forças Armadas como instituição capaz de reconduzir a política aos seus trilhos” (p. 235), muito bem sintetizada pela charge de Latuff, de 2014 (imagem 07). O desenho de Latuff é uma pequena mostra da complexidade do período histórico que estamos vivendo, como já apontado na imagem 06.

Imagem 07: Um pequeno exemplo da complexidade histórica brasileira



Fonte: encurtador.com.br/fuzQ4

O fato é que, em 2016, temos o golpe parlamentar e jurídico contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. No dia da encenação do impeachment, os deputados federais brasileiros não descansaram no sétimo dia, como pede a Bíblia, e foram ao Congresso Nacional votar o processo, num domingo à tarde, com transmissão ao vivo para todo o Brasil. Durante o seu voto, Jair Bolsonaro, com a sua violência exacerbada, disse: “Contra o comunismo. Pela

nossa liberdade. (...) Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas forças armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim”. Dois anos depois, em meio a uma eleição marcada por um longo processo de desinformação, Bolsonaro é eleito presidente com o slogan “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” (YOUTUBE, 2019). O Brasil passa a ser comandado por um política de extrema direita que faz apologia abertamente à tortura e à ditadura militar.

As consequências de um presidente negacionista: considerações finais

Rever o passado, muitas vezes, se faz necessário. O revisionismo, portanto, não é, essencialmente, algo negativo, muito menos recente, pelo contrário, é uma prática comum dentro da História. Revisar análises a partir de novas fontes ou contribuições teóricas e metodológicas é importante para uma melhor compreensão de determinados momentos históricos. O exemplo disso é a própria Comissão Nacional da Verdade que ofereceu uma nova leitura do período militar. Contudo, é preciso diferenciar o “revisionismo crítico”, do “revisionismo apologético”, ou seja, a revisão que reabilita determinadas instituições, sujeitos e práticas. O revisionismo apologético, muitas vezes, caminha de mãos dadas com o negacionismo, que é a prática que, como o próprio nome sugere, nega determinados fatos ou a forma como aconteceram (BAUER, 2018).

Bauer (2018) ao falar sobre a “especificidade do revisionismo brasileiro”, diz que “ele não nega, ele não revisa, ele busca legitimidade para a ditadura.” (p. 200), e complementa, dizendo que

O revisionismo histórico, quando realiza a apologia à ditadura e à tortura, reforça marcadores de exclusão da sociedade brasileira: a máxima ‘bom mesmo era no tempo da ditadura’ traz consigo, ocultamente, determinadas visões de sociedade, em que se valoriza a autoridade, a hierarquia, além de práticas de controle e repressão, e que os papéis sociais para mulheres, para a população negra e para os mais pobres são preestabelecidos e imutáveis. Um silêncio que [...] resulta apenas em destruição (BAUER, 2018; p. 203).

Com lideranças políticas utilizando suas redes sociais para reforçar esse discurso, tem-se o que Umberto Eco (2018) previu ao dizer que “em nosso futuro, desenha-se um populismo qualitativo de tv ou internet, no qual a resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a ‘voz do povo’” (p. 42-44). Nos pronunciamentos e falas em aglomerações irresponsáveis em plena pandemia, o presidente costuma evocar essa “vontade do povo”, pondo-se como instrumento de sua

realização. O negacionismo do presidente repercute em grande parte de seus apoiadores. Desde antes da campanha política das eleições de 2018 até os tempos atuais, escutamos declarações como “não houve ditadura no Brasil”, “o Nazismo é de esquerda”, “os portugueses nem pisaram na África”, a fome no Brasil “é uma grande mentira”, que não há desmatamento na Amazônia, etc são alguns exemplos (ARRUDA, 2021).

Essas afirmações não são inocentes. Para Clarissa Neher (2019), na reportagem “O negacionismo histórico como arma política”, esse movimento configura uma tentativa de revisionismo histórico em curso no Brasil, que busca “legitimar os seus projetos políticos a partir de uma visão distorcida da historiografia acadêmica praticada por historiadores no Brasil e no mundo com base em métodos científicos” (NEHER, 2019). Não à toa, um dos mais repetidos argumentos do Presidente da República é de que há no país uma suposta “doutrinação ideológica” implantado pela esquerda e que, por isso, seria necessário “desesquerdizar” escolas e universidades (ARRUDA, 2021).

Ainda não é possível dimensionar como o conservadorismo e o negacionismo do presidente do Brasil prejudicarão a escrita da história brasileira. Sabemos, no entanto, que há uma interferência e relação direta da conjuntura política com a interpretação sobre o passado. Suspeitamos que quatro anos de um governo de ultradireita pode gerar um prejuízo difícil de ser reparado no mesmo intervalo de tempo, pois até hoje, mais de três décadas após o fim da ditadura, ainda temos muitas tensões, como mostramos neste artigo, sobre as narrativas do período. Por isso, avaliamos a pertinência de se pensar como a narrativa histórica é escrita e disputada em seu tempo presente. O fantasma da ditadura militar se mostra muito presente em nosso cotidiano, e é recorrentemente atualizado, como se fosse uma grande herança de nosso passado recente. Mas como bem lembra Mariana Joffily, “herança não é destino, por isso precisamos conhecer e debater o passado se quisermos ser capazes de superá-lo” (241).

Referências

ARRUDA, Robson Lima. O NEGACIONISMO COMO ARTEFATO DA PÓS-VERDADE: BOLSONARO, A PANDEMIA E A EDUCAÇÃO. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 5, n. 15, p. 81–93, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4587656. Disponível em: <<http://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/259>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BARBOSA, Marialva. Tempo, Tempo Histórico e Tempo Midiático: Interrelações. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcos. (orgs.). **Comunicação, Mídias e Temporalidades**. Salvador: EDUFBA. 2017.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos?/ What Public History Do We Want?** Letra e Voz – São Paulo, 2018. p. 195-203.

BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama Barroco Alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Obras escolhidas I – Magia e Técnica – Arte e Política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRAGA, Ruy. **Os Sentidos de Junho**. Blog da Boitempo. 2015. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/07/06/os-sentidos-de-junho/>>. Acesso em 17 jun. 2021.

CAMARGO, Iná. **Dialética do Marxismo Cultural**. São Paulo: Expressão Popular: 2020.

ECO, Umberto. **O Fascismo Eterno**. Editora Record. Rio de Janeiro, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Atos esvaziados pelo país celebram golpe de 64 e pedem intervenção militar com Bolsonaro**. Poder. 31/03/2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/atos-esvaziados-pelo-pais-celebram-golpe-de-64-e-pedem-intervencao-militar-com-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 17 jun. 2021.

JOFFILY, Mariana. **Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

NEHER, Clarissa. **“O negacionismo histórico como arma política”**. Deutsche Welle [03/04/2019]. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-negacionismo-hist%C3%B3rico-como-arma-pol%C3%ADtica/a-48060402>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. **Bolsonaro adoraria o Exército nas ruas, mas ficará satisfeito com tuítes**. Colunas UOL. 2021. Disponível em <encurtador.com.br/dpBN4>. Acesso em 20 jun. 2021.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2 ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2018.

SOUZA, Carlos Felipe de Oliveira; VASCONCELOS, Wesley Guilherme Idelfoncio; PARENTE, Tiago Coutinho. A Cultura dos Memes e as Formas de se Pensar a Política do Presente. In: **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2020, Salvador - BA. Anais do Intercom 2020, 2020. Disponível em <encurtador.com.br/mowxB>. Acesso em 20 jun. 2021.

VIZEU, Rodrigo. **Os Presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Editora Harper Collins Brasil. Rio de Janeiro, 2019.

YOUTUBE. **Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016**. Canal do Estadão. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>>. Acesso em 20 jun. 2021.